

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
CURSO DE PEDAGOGIA

ALINE ELLEN RODRIGUES LUPPI

AS PROPOSTAS EDUCACIONAIS DE RAUL GOMES NO INÍCIO DO SÉCULO XX

MARINGÁ
2016

ALINE ELLEN RODRIGUES LUPPI

AS PROPOSTAS EDUCACIONAIS DE RAUL GOMES NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC -
apresentado ao Curso de Pedagogia,
como requisito para cumprimento das
atividades exigidas na disciplina “Trabalho
de Conclusão de Curso” (TCC), da
Universidade Estadual de Maringá.

Orientação: Profa. Dra. Maria Cristina
Gomes Machado

MARINGÁ

2016

ALINE ELLEN RODRIGUES LUPPI

AS PROPOSTAS EDUCACIONAIS DE RAUL GOMES NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Artigo apresentado à Universidade Estadual de Maringá como requisito para a obtenção do título de Pedagoga, sob a orientação da Prof. Dra. Maria Cristina Gomes Machado.

Aprovado em: **31 de fevereiro de 2017.**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Cristina Gomes Machado

(Universidade Estadual de Maringá)

Prof. Dr. Marco Antônio de Oliveira Gomes

(Universidade Estadual de Maringá)

Ma. Gizeli Fermino Coelho

(Universidade Estadual de Maringá)

AS PROPOSTAS EDUCACIONAIS DE RAUL GOMES NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Aline Ellen Rodrigues Luppi¹

Orientadora: Maria Cristina Gomes Machado²

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo investigar as propostas de Raul Rodrigues Gomes, veiculadas pela imprensa, acerca da educação e da formação de professores. Utilizamos a abordagem do materialismo histórico dialético para apreender o pensamento desse intelectual e sua relação com a materialidade. Nessa perspectiva, entendemos o ser humano como produto e produtor de seu tempo, e como tal, ele influencia e sofre as influências do meio social em que está inserido. Portanto, a obra de um intelectual é entendida como respostas do autor aos problemas sociais por ele vivenciados. Gomes, paranaense, nascido em 1889, foi professor e atuou como jornalista até 1975, ano de sua morte. Na Primeira República, no Paraná, a base da economia era a exploração da erva mate, uma vez que a produção de café era pequena e a indústria manufatureira começava se desenvolver. Gomes vivenciou inúmeras mudanças, dentre elas na ordem política, econômica e, especialmente, educacional. Ele utilizava os jornais para divulgar e debater suas ideias a respeito de diferentes assuntos, sobretudo acerca da educação. Os artigos publicados em jornais, mais tarde, foram transcritos em dois importantes livros, organizados pelo próprio intelectual, sendo estes: *Instrução Pública* (1914) e *Missão, não profissão* (1928). Em seu livro publicado em 1914, o autor apresenta uma coleção de textos, os quais foram publicados no jornal *A República* durante o respectivo ano. No ano de 1928, ele dedicou-se a escrever sobre os professores, os quais ele afirmava ser uma classe injustiçada, que precisaria de respeito. Em virtude disso, Gomes utilizou os jornais, para mobilizar a população sobre a importância da educação e, objetivamente, da valorização e formação de professores, pois, para ele o professor seria importante para o avanço da nação, mas, para isso, era necessário que houvesse reconhecimento dessa classe.

Palavras-chave: Educação, História da Educação, Raul Gomes, intelectual, formação de professores.

¹ Graduanda do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.

² Professora titular da Universidade Estadual de Maringá, do TCC; Orientadora do Trabalho de Conclusão de Curso.

THE EDUCATIONAL PROPOSALS OF RAUL GOMES AT THE BEGINNING OF THE 20TH CENTURY

ABSTRACT

The following study has the objective of investigate the proposal of Raul Rodrigues Gomes, served by the press, about education and formation of teachers. We used the approach of historical-dialectic materialism to understand the intellectual thought and its relation with the materiality. In the perspective we understood the human being as product and producer of his/her own time, and how he/she influences the social environment he/she is in. Therefore, the work of an intellectual is understood as the author's answers to the social problems he/she lived. Gomes, paranaense, was born in 1889, was a teacher and worked as a journalist until 1975, the year of his death. This time was characterized as the First Republic, and Gomes actively participate in the time. In Paraná the economic base was the exploration of Mate herb, once the production of coffee was small and the manufacturing industries started growing itself. Gomes lived a lot of changes, among them, the political order, and especially the educational order. He used the newspapers to spread and debate his ideas about different subjects, mainly about education. The articles published on the newspaper, later, were transcribe to two important books, organized by himself, these are: *Instrução Pública*(1914) and *Missão, não profissão*(1928). In his book launched in 1914, the author shows a collection of texts that were published on the newspaper *A República* during that same year. In 1928, he dedicated to write about teachers, which he asserts it was a wronged class that would need respect. Due to this, Gomes used the newspapers, to mobilize the population about education, and especially, about the valorization and formation of teachers, because, for him, the teachers would be important to the improvement of the nation, but, for this, it would be necessary that happened the appreciation of this class.

Keywords: Education, History of Education, Raul Gomes, intellectual, teacher training.

INTRODUÇÃO

O presente artigo faz parte de um estudo sobre o intelectual Raul Rodrigues Gomes e suas propostas para a educação. Gomes nasceu no ano de 1889, faleceu em 1975 e foi um importante intelectual paranaense, pois atuou durante toda sua

vida no estado do Paraná, onde exerceu o magistério como professor primário e secundário, além de destacar-se por sua atuação na imprensa paranaense.

Neste texto, destacaremos a trajetória do intelectual durante a Primeira República, período em que houve inúmeras reformas, dentre elas a mudança na ordem política e econômica, devido à transição do governo monárquico para o governo republicano. Além disso, ocorreu o incremento da indústria e da urbanização, o que possibilitou a constituição da classe operária brasileira. É importante salientar que esse momento também foi marcado pelas mudanças educacionais.

Embora ausente na maioria dos currículos de Pedagogia, o estudo da trajetória intelectual e profissional de Raul Gomes pode contribuir para compreendermos seus ideários e contribuições para a educação e para a formação de professores do início do século. A partir deste estudo, tanto podemos preencher esta lacuna em nossa formação como acrescentaremos mais um personagem da história da educação no Brasil, em especial, no estado do Paraná. O interesse por estudar esse intelectual ocorreu por meio da participação do grupo de estudos “História da Educação, Intelectuais e Instituições Escolares”, liderado pela Dra. Maria Cristina Gomes Machado e Anaete Regina Schelbauer.

Dessa forma, para conhecer a biografia e trajetória de Raul Rodrigues Gomes, estudaremos Brandalise e Osinski (2013 e 2015), Machado (2015) e Souza (2012). Para compreender o contexto histórico, recorreremos a Machado (2015) Campos e Souza (2013), Carvalho (1989), Nagle (1978), Oliveira (2005-2006), Souza (2004) e Veiga (2007). Além disso, estudaremos duas obras produzidas por Gomes, as quais se constituem da reunião de artigos publicados em jornais, uma delas foi a obra “Instrução Pública do Paraná”, a qual foi publicada no ano de 1914; nessa obra estão contidos artigos divulgados no jornal “A República” de Curitiba, Paraná. Outra obra de fundamental importância é “Missão e não profissão (1928)”, na qual o intelectual defende a profissão do professor. Ele acreditava que o professor era um condutor e que a riqueza da sociedade viria de uma boa educação e, para ele, naquele período, a educação era pouco reconhecida, sendo necessária uma melhor remuneração ao trabalho docente.

Gomes (1928), como exposto, dedicou-se a escrever sobre os professores. Segundo ele, o professor deveria receber remuneração adequada e acima de tudo ser respeitado. Segundo Osinski e Brandalise (2015), o professor seria um condutor,

um guia primordial para o avanço da nação, pois uma escola considerada “boa” seria composta de bons profissionais. Para tanto, seriam necessários bons salários, já que o intelectual acreditava que os docentes eram injustiçados. O mestre deveria fazer a criança aprender a ler e a escrever e fiscalizar a frequência da criança durante todo período escolar.

Raul Rodrigues Gomes fazia uso de jornais para publicar assuntos referentes à educação e à cultura, chamar atenção e mobilizar a população e as instituições sociais para causas, as quais acreditava serem essenciais, portanto buscava ser convincente em seus textos.

Raul Gomes contribuiu para a criação de instituições, dentre elas, museus, bibliotecas e associações, dentre elas podemos destacar: a fundação da Academia Paranaense de Letras (1936), bem como de associações ligada à música e belas artes na cidade de Curitiba e ao Estado do Paraná. Além disso, ele assinou o “*Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova no ano de 1932*”³.

No final do século XIX, segundo Machado (2015), a escola passou a ser considerada como elemento fundamental para o processo de modernização da sociedade. Esse ideário passou a ser difundido em jornais, livros, redes de massa e outros inúmeros meios de comunicação. Acreditava-se que ser letrado e saber fazer cálculos tornaria o Brasil um país civilizado e proporcionaria condições de igualdade para os indivíduos, uma vez que receberiam as mesmas oportunidades. Gomes tinha preocupações referentes ao analfabetismo. Para o autor, o processo de alfabetização deveria ser um processo de baixo para cima, ou seja, das crianças para os adultos. Gomes (1928) acreditava que o analfabetismo era o inimigo do desenvolvimento nacional, portanto, deveria haver investimento no ensino para crianças, pois assim obteria bons resultados no ensino superior.

Esta pesquisa tem caráter bibliográfico, para desenvolvê-la, adotaremos como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico, o qual foi utilizado para apreender o pensamento intelectual e sua relação com a materialidade. Tal perspectiva revela que as ideias não explicam a práxis, mas é a práxis material que explica as ideias (MARX; ENGELS, 2007). Essa corrente aponta que “As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes isto é, a classe que é a

³ O Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova foi um documento assinado por 26 educadores no ano de 1932; tal documento foi intitulado como “*A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*”. Sua principal finalidade era circular nacionalmente com objetivo de oferecer diretrizes para uma política de educação.

força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante” (MARX; ENGELS, 2007, p. 47). Dessa forma, os modos de produção de cada momento histórico vão encaminhando o pensamento e a forma de agir dos homens. Assim, buscaremos por meio deste estudo responder a seguinte questão: Qual era a proposta de formação de professores que o intelectual Raul Rodrigues Gomes propunha na imprensa no início do século XX? Objetivaremos com este trabalho demonstrar a importância de Raul Rodrigues Gomes para a história da educação no Brasil, suas propostas educacionais e sua preocupação com a formação de professores.

O trabalho estará organizado em três momentos: a princípio destacaremos a importância da imprensa para a divulgação das ideias de intelectuais no início do século XX. Posteriormente, explicitaremos as propostas educacionais na perspectiva de Raul Rodrigues Gomes nesse contexto. Por fim, discorreremos sobre a importância de Raul Rodrigues Gomes para a história da educação no Brasil e sua preocupação com a formação de professores.

1. A IMPORTÂNCIA DA IMPRENSA PARA A DIVULGAÇÃO DAS IDEIAS DE INTELLECTUAIS NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Durante a passagem do século XIX para o século XX, a imprensa assumiu papel primordial na sociedade. Conforme afirma Osinski e Brandalise (2015), com a disseminação do livro e o desenvolvimento da imprensa, houve um aumento na área de informação dos centros urbanos. Dessa forma, com a diminuição do valor de cada exemplar, a informação tornou-se de fácil acesso e promoveu o aumento de leitores. Segundo as autoras, a imprensa escrita, em especial os jornais diários, publicava assuntos de temas diversos.

Esse período foi marcado pela mudança na imprensa que circulavam nos grandes centros urbanos do Brasil. Na perspectiva de Souza (2012), a atuação da imprensa promoveu novas ideias e hábitos, favorecendo discussões sobre os problemas sociais. De acordo com o autor, a imprensa foi motivada pela liberdade, assim, por meio de jornais eram realizadas denúncias sobre as injustiças sociais.

Diante disso, segundo Osinski e Brandalise (2013), a disseminação do livro e o desenvolvimento da imprensa no início do século XX evidenciaram os interesses

públicos e comunitários. Assim sendo, tornar-se jornalista nesse período era ser reconhecido e ter destaque socialmente.

Souza (2012) aponta que houve intenso debate na imprensa, nesse momento, relacionado à educação brasileira. Por vezes, esses debates eram realizados por intelectuais, que se posicionavam como protagonistas, tornando a imprensa um espaço de articulação e divulgação de projetos. É importante salientar que a imprensa não era considerada neutra, pois ela carrega os interesses de uma determinada classe.

No estado do Paraná, o objetivo dos meios de comunicação era formar um espírito paranaense. Buscava-se progresso e serviço ao bem comum (OSINSKI; BRANDALISE, 2015, p.187). Dessa forma, muitos intelectuais do estado do Paraná tiveram espaço em jornais para a publicação de suas ideias, dentre eles daremos destaque a Raul Rodrigues Gomes.

Segundo Osinski e Brandalise (2015), Raul Rodrigues Gomes nasceu em 1889 na cidade de Piraquara, no estado do Paraná, e faleceu em 1975, na cidade de Curitiba do mesmo estado, conforme enunciado na introdução. Ele estudou na Escola Normal e, em 1906, tornou-se normalista; posteriormente, formou-se em Direito pela Universidade do Paraná. Raul Gomes lecionou no ensino primário, secundário e superior.⁴ Ele redigiu inúmeros artigos em jornais e dentre eles, no estado do Paraná, podemos destacar: *Archote, A República, Diário da Manhã, Diário do Paraná, Diário do Campo, Diário Popular, Gazeta do Povo, O Estado do Paraná, Folha do Norte do Paraná, Folha de Curitiba e O Comércio do Paraná*. O autor trabalhou como redator chefe nos jornais *O Dia e Diário da Tarde*. Além disso, publicou em jornais de circulação nacional, sendo estes: *Folha da Manhã, Diário de São Paulo, O Globo e Diário de Notícias*.

De acordo com Souza e Campos (2013), Raul Rodrigues Gomes utilizava a grande imprensa para estabelecer um diálogo com instituições culturais e da área educacional brasileira, dando destaque à educação paranaense. O respectivo intelectual possuía habilidades para redigir textos e uma gama de conhecimentos a

⁴ Para detalhamento de sua biografia sugere-se a leitura de Osinski e Brandalise (2015), bem como o verbete redigido por Machado (s/d) intitulado "ENTRE AS MEMÓRIAS DE RAUL GOMES (1889-1975) – um signatário paranaense em defesa do ensino público" Disponível em: <<http://www.pensaraeducacaoempauta.com/#!/maria-cristina-entrememorias-18dez/efifm>>

respeito de cultura, educação, política e economia, o que favorecia o convencimento dos leitores sobre suas propostas.

Segundo eles, a imprensa no século XX discutia sobre o progresso da sociedade, cuja transformação estava voltada para o incentivo da alfabetização. Os autores salientam que os periódicos favoreceram o exercício da leitura e das letras para os que estavam em processo de alfabetização. As transformações, no que diz respeito aos meios de comunicação, aconteceram nos centros urbanos; a imprensa desse período fez com que as representações circulassem por toda sociedade, destacando-se como um veículo formador de opinião.

Segundo Veiga (2007), no período em que a República foi proclamada, havia cerca de 14 milhões de habitantes analfabetos. De acordo com Souza e Campos (2013), nos relatórios do governo paranaense, acreditava-se que a instrução pública seria a solução para o analfabetismo, entretanto, nos relatórios dos inspetores apontavam-se limites de recursos, instalações precárias e má formação de professor.

Dessa forma, Raul Rodrigues Gomes (1928) buscava, por meio da imprensa, informar a sociedade a respeito dos problemas educacionais da época, lutava por um ensino de qualidade que promovesse a alfabetização da população e reconhecia que a educação só teria avanços quando a classe do professorado fosse valorizada. Além disso, ele preocupou-se em informar a população, por meio da imprensa, sobre a importância do acesso à cultura; segundo o autor, deveria haver investimento em aspectos culturais, visto que não bastava apenas educação, de maneira que esse ponto de vista acarretou a criação de uma Escola de Belas Artes no estado do Paraná, além de influenciar a criação de um teatro para a cidade de Curitiba.

2. As propostas educacionais na perspectiva de Raul Rodrigues Gomes em relação ao contexto histórico evidenciado no início do século XX.

Segundo Machado (2015), no período imperial, muitas províncias discutiam a importância de escolarizar a população. A autora ressalta que houve inúmeras atividades legislativas para o ordenamento legal da instrução. Essas leis e decretos tornaram obrigatória a frequência das crianças nas escolas e formação dos

professores nas Escolas Normais. Entretanto, apenas a população livre tinha o direito de frequentar a instituição, de forma que os escravos não participavam dessa formação. Segundo a autora, somente após o Decreto Leôncio de Carvalho de 1879, que não apresenta essa proibição, os escravos puderam ter acesso à educação.⁵

A autora salienta que a República foi proclamada no ano de 1889 por Marechal Deodoro da Fonseca, devido ao fato de a Monarquia brasileira enfrentar dificuldade para governar. A princípio, a Monarquia passou a ser questionada, ao passo que o exército não aceitava a corrupção do respectivo governo; até mesmo os membros da Igreja Católica Brasileira não estavam contentes com a gestão de Dom Pedro II e, além disso, o Brasil encontrava-se com dificuldades econômicas naquele momento. No final do século XIX, a República já havia sido adotada por inúmeros países, assim, o sistema monárquico foi mais enfraquecido, pois parte da população desejava a implantação da República federativa, como contraposição à centralização monárquica.

Segundo Machado e Cury (2013), anteriormente à aprovação da Constituição Estadual, foi redigido um estatuto para que o Governo Provisório da República pudesse legislar o país. Com o decreto nº 7, do dia 20 de novembro de 1889, estabeleceu-se aos governadores a obrigatoriedade em exercer funções executivas e legislativas. Os autores salientam que os governadores buscavam difundir escolas em diferentes localidades, tendo amparo a Constituição Federal de 1891 após a adoção do regime federativo. A Constituição Federal de 1891 incumbia o Governo Central da responsabilidade pelo ensino secundário e superior em toda federação, e pelo primário apenas no Distrito Federal. Dessa forma, cada estado teria a função de criar e manter a escola primária em seu território.

Após a proclamação da República, de acordo com Machado e Cury (2013), o Estado do Paraná, em 1892, redigiu a Constituição do Estado do Paraná, a qual vigorou até 1927. Fora tratado nessa Constituição sobre a instrução que torna o ensino primário elementar obrigatório e gratuito para as crianças entre 6 e 13 anos de idade.

⁵ A Reforma Leôncio de Carvalho, expressa no Decreto nº 7.247 de 1879, é considerada uma das mais significativas. Em seu 1º artigo afirma:

Art. 1º. É completamente livre o ensino primário e o secundário no município da Corte e o superior em todo o Império, salvo a inspeção necessária para garantir as condições de moralidade e higiene.

É importante salientar que o governo Republicano ao ser implantado herdou algumas características do governo anterior, sobretudo no que diz respeito ao âmbito educacional, como afirma Nagle (1978):

[...] A República recebe uma herança caracterizada pelo fervor ideológico, pela sistemática tentativa de evangelização: democracia, federação e educação constituíam categorias inseparáveis apontando a redenção do país. A República proclamada recebe assim um acervo rico para pensar e repensar uma doutrina e um programa de educação. (NAGLE, 1978, p. 261)

Diante disso, Gomes, em sua obra *Instrução Pública*, destaca a importância da instrução popular “[...] criemos escolas por toda a parte⁶.” (GOMES, 1914, p. 45). Seu objetivo era criar escolas de qualidade, as quais promoveriam a aprendizagem do educando. O intelectual acreditava que, por meio da instrução, seria possível combater o analfabetismo que se apresentava como uma epidemia no Paraná, de modo que combatê-lo foi sua principal bandeira de luta. O analfabetismo nesse período era um problema nacional, como afirma Jorge Nagle (1978):

[...] passa a batalha contra o analfabetismo, pois “É de todos sabido que o analfabetismo no Brasil oferece condições desoladoras, que a vontade nacional se substitui pela vontade de uma minoria insignificante que fala, vota e determina.” [...] Art. 70, §2º da Constituição, o analfabeto não pode manifestar sua vontade política. (NAGLE, 1978, p. 263)

Não ser alfabetizado era um dos aspectos que tirava o direito do cidadão de exercer sua cidadania, pois era proibido o voto de todos que não sabiam ler e escrever, segundo a Assessoria de Comunicação do Tribunal Superior Eleitoral (2013), a lei que determinou essa proibição foi a Lei Saraiva (Decreto nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881), ao estabelecer o chamado “censo literário”, proposto por Rui Barbosa. Em 1891 com a Constituição republicana, ainda manteve-se a mesma proposta. Frente a essa situação, Gomes preocupava-se com a instrução da população, visto que os indivíduos que não eram alfabetizados não tinham direito de intervir e opinar nos rumos da sociedade.

Carvalho (1989) destaca que a escola no período republicano caracterizou-se como fundamental para consolidar o progresso social. Gomes (1914), por sua vez, afirma que a inserção e frequência das crianças na escola, promoveria a

⁶ Adequamos a redação conforme as normas ortográficas vigentes da Língua Portuguesa.

alfabetização da população, mas para isso, a escola deveria ser transformada. A princípio dever-se-ia haver a inspeção do ensino, empregar o método prático e reestruturar a Escola Normal, pois muitos profissionais não tinham formação específica na época.

Segundo Machado (2015), todos os problemas relacionados ao ensino estariam pautados na falta de recursos do estado do Paraná. Diante disso, para Gomes (1928) a instituição escolar precisa de finalidades, pois sem objetivo, a escola mal instrui e nada educa. Dessa forma, o professor cumpre um papel primordial nesse processo de ensino e, segundo o intelectual, o professorado deveria ter uma carreira com possibilidades de elevação econômica e social. Assim, começaria recebendo um salário e depois, receberia os quinquênios, ou seja, a cada cinco anos o servidor teria um adicional em seu salário, pois, de acordo com Gomes “[...] sem pagar bem nenhum governo obterá bons professores, portanto, boas escolas.” (GOMES, 1928, p. 14)

O jornalista Raul Gomes ressalta que poucos têm se dedicado a tal profissão, pela falta de retribuição do cargo, já que “[...] só as remunerações elevadas, as perspectivas amplas de prosperidade, de carreira segura é que demovem os homens a abraçar tal ou qual função.” (GOMES, 1928, p. 20). A preocupação de Gomes está no fato de que o professor ao invés de dedicar-se apenas à profissão do professorado, tende a buscar uma segunda renda e, assim, segundo ele, perde a sua eficiência e extingue o caráter vocacional da profissão. Dessa dispersão advém o desamor à profissão, até mesmo a descrença na própria eficiência de qualquer trabalho educacional.

A crítica elencada pelo estudioso está relacionada ao momento em que a sociedade está inserida, isto é, a transição da monarquia para a República. Tal fato promoveu mudanças políticas e sociais que refletiram no âmbito educacional. No final do século XIX, segundo Souza (2004), os republicanos estabeleceram no estado de São Paulo um sistema público de ensino considerado moderno, que servia de referência para outros estados.

[...] instituições e organização administrativa e pedagógica serviram de modelo e motivaram a reorganização do ensino público em vários estados brasileiros. [...] Não obstante, negando a continuidade que lhe era intrínseca, buscaram romper com o passado imperial, erigido as iniciativas republicanas como símbolo de modernização e

progresso, contrapondo-se ao atraso das instituições e do regime monárquico. (SOUZA, 2004, p.112)

Diante disso, como afirma Souza (2004), o modelo de ensino do estado de São Paulo, foi sendo adotado por outros estados e os métodos apresentados buscavam estar em harmonia com as diretrizes curriculares. Oliveira (2005; 2006) destaca que, nesse momento, houve investigação sobre o ensino na escola primária, ao passo que Machado (2015) aponta que foram instauradas inúmeras críticas, no que diz respeito ao ensino da época: salas inadequadas; professores sem formação; escassez de materiais didáticos e a evasão discente acarretaram inúmeras denúncias.

Nesse momento histórico, temos a primeira Reforma de Ensino no período republicano, que se deu com Benjamin Constant (1836-1891), o qual na época era Ministro de Estado dos Negócios da Instrução Pública. Segundo Nagle (1978), seu objetivo era implantar uma reforma no âmbito educacional, a qual favorecesse o ensino secundário, o ensino superior, o ensino técnico e a instrução primária, somente no Distrito Federal.

O fervor ideológico que se desenvolve no final do Império só em parte continua depois da instalação do regime republicano. Passada a fase da luta em prol de um novo Estado arrefecem-se os ânimos; há, na verdade, uma diminuição de tentativas de análise e de programas educacionais. [...] reforma Benjamin Constant (1890), na área da escola secundária; a outra, estadual, na área da escola primária e normal, ocorreu em São Paulo sob a direção de Caetano Campos (1892) – esta fundamentada nos princípios de natureza democrática-liberal, não apresentou as características sectárias apontadas naquela refirma “positivista”. (NAGLE, 1978, p. 261-262)

Assim sendo, no dia 8 de novembro de 1890, pelo Decreto nº 981, foi aprovado o regulamento da instrução primária e secundária do Distrito Federal, assinado por Manoel Deodoro da Fonseca(1827-1892) e Benjamin Constant Botelho de Magalhães (1836-1891). O referido documento denota que o ensino seria de responsabilidade da família, liquidando a responsabilidade do governo.

Em 1906, essa reforma recebeu críticas de Veríssimo (1985), sob a acusação de não ter atendido às expectativas, uma vez que o ensino não melhorou e esse fato demonstrou o desinteresse do poder público. O Estado, segundo Veríssimo, deveria ser responsável pela instrução: “Aceito [...] o princípio de intervenção do Estado em matéria de instrução pública, princípio, de parte a restrição que também fazemos

[...], a reforma do Sr. Benjamin Constant apresenta-se com um caráter de pronunciado liberalismo” (VERÍSSIMO, 1985, p.16).

Em 1893 foram instituídas as classes escolares no estado de São Paulo. Segundo Souza (2004), esses grupos foram criados “[...] a partir da reunião de escolas isoladas agrupadas pela proximidade, ficando obrigados a adotar o tipo de organização e método de ensino das escolas-modelo do estado.” (SOUZA, 2004, p.113). Nesse momento, foi estabelecida a igualdade entre os sexos, ou seja, ambos tinham direito à educação, entretanto, ainda eram separados, não podiam estudar juntos. Oliveira (2005; 2006) destaca que foram estabelecidos novos critérios para a divisão de turmas e, diante disso, continuou a divisão por graus, dando início à divisão das séries para o ensino. Segundo a autora, em 1907, Carolina Moreira⁷ foi até São Paulo para conhecer as escolas paulistas e sugeriu a adoção dos seus programas e livros com intuito de uniformizar o ensino paranaense.

É de suma importância salientar que, segundo Oliveira (2005; 2006), um problema destacado nesse momento era a falta de livros, já que nesse contexto os alunos deveriam comprar os materiais necessários à aprendizagem com os próprios recursos. Devido a isso, os alunos da classe trabalhadora não teriam acesso, fazendo com que os professores fizessem cópias ou adquirissem de maneira particular. Isso acarretou um ensino sem uniformização, pois o professor adotava livros diferentes para a prática das aulas, de maneira que o ensino tornava-se individualizado e o trabalho do professor mais exaustivo.

Vale destacar que Raul Rodrigues Gomes (1928) faz uma crítica ao fato de não haver fornecimento de obras e/ou livros e dirige essa responsabilidade ao governo. Gomes acredita que o governo é responsável por manter as escolas, e o resultado dessa falta de desinteresse em relação à educação, tende a não promover um ensino de qualidade.

E são eles os mantenedores dessas escolas geladas, sem ideal, sem vibração para cujo recinto a criança entra exuberante de alacridade, extraordinária de vivacidade, torturante de curiosidade e sai macumbizada, inerte, cheia de horror aos livros. (GOMES, 1928, p.100)

Gomes (1928), defensor da classe do professorado, salienta que o professor não adquire obras, pois seu salário é usado para manter sua vida particular.

⁷ De acordo com as buscas realizadas não encontramos informações adicionais sobre Carolina Moreira.

Segundo ele, as condições de vida social obtiveram mudanças e, consecutivamente, o valor das obras elevou-se. Outra crítica apontada pelo intelectual é que as bibliotecas não oferecem livros. Ele acreditava que o governo deveria fornecer livros aos professores da mesma forma que ofertam fardas aos militares. O fato de não haver bibliotecas com acervo de livros adequados acarreta outro problema, isto é, a falta de produções nacionais.

Em 1914, iniciou-se o ensino em séries e, nesse momento, cada escola passou a ser responsável por uma série, de maneira que cada professor se tornava responsável pelo ensino de uma série. A portaria nº 4 de 1914, “Instruções Sobre a Organização Escolar e Programa de Ensino para Escolas Públicas do Estado do Paraná”, era o documento no qual estava definido o que deveria ser ensinado em cada série.

Souza e Campos (2013) destacam que, em 1920, o campo educacional foi tema discutido por intelectuais vinculados ao movimento da Escola Nova. Souza (2009) afirma que, no ano de 1930, a discussão culminava com a obrigatoriedade e gratuidade do ensino, o direito à educação, à liberdade de ensino, à obrigação do estado e da família. Assim sendo, na Constituição de 1934, foram implantados esses princípios que mais tarde, em 1937, foram modificados para a atuação do Estado Novo⁸. No ano de 1931 aconteceu a IV Conferência nacional de Educação que promoveu divisão entre católicos e liberais, criou o Ministério da Educação e Saúde Pública, além de formular um documento, o qual foi fundamental para a história da educação brasileira o “Manifesto dos Pioneiros”.

Segundo Souza (2012), Raul Rodrigues Gomes foi signatário do Manifesto dos Pioneiros, pois ele estava entre os vinte e seis intelectuais que assinaram o Manifesto, além de ser o único profissional do estado do Paraná. O Manifesto foi liderado por Fernando de Azevedo, e o objetivo era implantar a escola pública, obrigatória, laica e gratuita. Esses estudiosos desejavam um sistema educacional que suprisse as necessidades brasileiras, por isso, propunham a organização do ensino em escola secundária, a escola técnica profissional, de nível secundário e superior, além de universidades que pudessem construir a ciência e criar mecanismos para transmiti-la e divulgá-la. Gomes assinou o documento “*A reconstrução educacional no Brasil: ao povo e ao governo*”, o qual teve circulação

⁸ O estado novo (1937-1945) foi instituído por meio de um golpe de Estado em 1937 sob o pretexto de uma ameaça comunista.

nacional e cujo objetivo era disponibilizar diretrizes para uma política de educação, dentre as quais podemos destacar: tornar a educação essencialmente pública, sem dar privilégios apenas a um pequeno grupo, o ensino passaria a ser laico, gratuito e obrigatório.

Portanto, Raul Rodrigues Gomes participou ativamente do cenário educacional do estado do Paraná, no final do século XIX e início do século XX, pois buscou promover e defender a classe do professorado, bem como propor uma nova visão da educação por meio da imprensa.

3. A IMPORTÂNCIA DE RAUL RODRIGUES GOMES PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E SUA PREOCUPAÇÃO COM A FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

No final do século XIX e início do século XX houve importantes discussões entre os intelectuais e dirigentes políticos. Muitas vezes, esse fato ocorria nas colunas de jornais, pois esse era o principal meio de comunicação da época. Raul Rodrigues Gomes é um importante intelectual, que fazia uso de jornais para publicar assuntos referentes à educação e à cultura, além disso, buscava utilizar os meios de comunicação para chamar a atenção e mobilizar a população, bem como as instituições sociais para causas que ele acreditava serem essenciais, portanto buscava ser convincente em seus textos. Mais tarde, esses artigos publicados em jornais, foram transformados em coletâneas, sendo estas: *Instrução Pública* (1914) e *Missão, e não profissão* (1928), como anunciado anteriormente.

Gomes preocupava-se com o ensino da época e considerava necessário ter boas escolas e bons professores, para que todas as crianças pudessem aprender, por isso, ele preocupava-se com o analfabetismo da época e propunha um ensino de qualidade como enfatizado anteriormente.

Segundo Machado (2015), a partir de 1870, houve um aumento da preocupação nacional e internacional, a fim de escolarizar toda população; a autora afirma que a educação nesse período era importante para que pudesse unificar a cultura. Na perspectiva da pesquisadora, saber ler, escrever e contar era primordial para tornar um país civilizado e moderno. Diante disso, percebemos a preocupação

de Gomes em relação à alfabetização da população paranaense no final do século XIX e início do século XX.

A necessidade de alfabetizar a população levou Gomes (1928) a refletir a respeito do fato de que, no Brasil, não havia nada de produção pedagógica, já que segundo ele encontrava-se muitas cópias, imitações e traduções apenas. Para o autor, a educação boa e de qualidade, dar-se-ia com professores cultos, professores dedicados a tal profissão. Essa deficiência de produções intelectuais está elencada por cinco motivos, de acordo com Gomes (1928) são elas: a falta de remuneração, o que faz com que os professores busquem por outras profissões e não se dediquem inteiramente à carreira docente; a falta de escolas normais superiores que preparassem os catedráticos, postulantes, e encaminhasse para uma formação metodológica; a inexistência de biblioteca, museus e laboratórios; a falta de estímulo de pesquisas; não concessão de prêmios para os que se formaram nas escolas normais, primárias e secundárias.

Dentre os motivos destacados, Gomes (1928) estabelece a falta de remuneração como o principal motivo da ausência das produções intelectuais. Ele acreditava que a classe dos professores deveria ganhar menos apenas de que a magistratura, assim ele estabelece algumas condições que podem proporcionar a elevação do professorado, sendo estas: o estabelecimento da carreira; o aumento quinzenal automático; remuneração inicial igual ou maior do que a inicial de todas as demais classes públicas, exceto da magistratura.

Diante disso, é possível perceber que, Raul Rodrigues Gomes acreditava firmemente que o estabelecimento da carreira criaria novos estímulos para a população para a escolha da profissão de professor. A remuneração seria o ponto primordial para essa mudança, pois para tornar-se professor, o sujeito, deve dedicar-se ao curso de normalista, e o salário naquele momento era inferior a uma profissão que não precisou de uma dedicação maior de estudo. Diante disso, para haver uma escola boa e bem qualificada era necessário ter bons profissionais, como afirma Gomes: “[...] em seis palavras estratifica-se [um axioma: A boa escola é o professor” (1928, p. 14).

De acordo com Gomes (1928), no estado do Paraná, com a lei nº 136 de 31 de dezembro de 1894, regulamentada pelo decreto de 9 de fevereiro de 1895, houve então melhorias nos vencimentos dos professores. Entretanto, o regulamento de

1901, só revogado pelo Código de Ensino em 1914, não alterou os vencimentos do magistério.

De todos os seus colaboradores o estado lembrou-se dos mais autos aos ínfimos, como os porteiros que foram beneficiados com elevação de 66%, os contínuos de 73% e os serventes de 53%. [...] normalistas de 1ª nomeação tiveram seus vencimentos diminuídos de 16%. Os professores não diplomados de 1ª classe sofreram diminuição de 14% e os de 3º de 6% (GOMES, 1928, p. 26).

A remuneração, de acordo com Gomes, fazia com que os professores abandonassem a profissão, de modo que os mais aptos tendiam a buscar outras profissões e os inaptos permaneciam por pouco tempo, pois o professorado cumpria muitos afazeres e sua rotina de trabalho era densa. Diante disso, Gomes (1928) conclui que a República deixou o magistério mal retribuído, em vista das suas responsabilidades e tarefas; ele destaca que era visível o desinteresse dos poderes públicos no que diz respeito ao ensino.

Gomes (1928) sempre esteve muito preocupado com os professores. Na primeira Conferência Nacional de Educação, ele não se esqueceu dos professores primários, por isso solicitou ao congresso de educadores que apoiasse a causa pela qual ele vinha lutando há anos. O intelectual fez algumas sugestões ao prefeito do distrito federal e aos presidentes dos estados, dentre elas, pode-se destacar a proibição de peças teatrais ou exibição de fitas cinematográficas que menosprezem o professor primário; a melhoria dos salários do magistério primário e um adicional nos vencimentos do professorado para a aquisição de livros de cultura técnica.

A preocupação de Gomes com a classe do professorado era intensa, portanto ele destaca algumas atribuições dos professores para favorecer a educação da época. Ele propõe: a proibição da prática de outra profissão por parte do professor; a permanência do docente na classe após a formatura por cerca de cinco anos, visto que o estado precisa de preparo técnico; o início da carreira, segundo ele, deveria ocorrer em escolas rurais, com permanência de dois anos e após esse período poderia ser transferido para escola urbana; o governo deveria estabelecer vencimentos diferentes para a classe de professores na zona urbana e rural. (GOMES, 1928).

É de fundamental importância salientar que Gomes (1928) afirma que há uma despreocupação em relação à produção própria de obras, pois os intelectuais, segundo ele, estudam, cantam e versam obras de autoria de outros intelectuais. Ele

destaca que esse fato deve-se à exaustiva rotina, uma rotina pautada em muitas horas de trabalho e baixa remuneração; assim, quando os profissionais da educação chegam em suas casas, o único desejo deles é descansar. Além disso, “[...] no Brasil não se criou em nenhuma zona universitária um ambiente intelectual, propício às pesquisas, apto a elaboração das grandes obras” (GOMES, 1928, p.63). A falta de cultura, segundo Gomes (1928), é consequência dos seguintes fatores:

- 1- O encarecimento dos livros;
- 2- A falta ou deplorável penúria livresca de nossas bibliotecas;
- 3- O consumo brutal de energia exigido pela vida difícil, o que subtrai do homem moderno os lazeres dantes consagrados à leitura e à meditação;
- 4- As seduções, às quais poucos resistem da existência moderna, que desdobra a cupidez geral quadros de fascínio e gozo. (GOMES, 1928, p.103)

No Paraná, apenas em 1912, notou-se que havia a necessidade de formar profissionais com melhores qualificações, dessa forma, houve a criação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Nesse momento, havia o progresso da economia do estado do Paraná, pois havia grande produção de erva-mate. Diante disso, é possível considerar que tal fato promoveu a emancipação intelectual do estado.

A educação, para Gomes (1914), deveria começar no lar, depois se prolongaria na escola, e por fim, completar-se-ia durante toda a vida do sujeito. Segundo Souza (2004), o processo de educar estava relacionado à formação integral da criança (formação de caráter e disciplina social), no entanto, a instrução estava caracterizada como a transmissão de conhecimentos. Dessa forma, para que haja uma educação sistemática, segundo Gomes (1928), deveria se organizar um aparelho próprio, tanto no Brasil quanto em outros países. Para isso, ele destaca que seria necessário profissionais especializados, assim, seria fundamental uma formação adequada aos professores.

Instalamos academias de direito, medicina, engenharia antes dos liceus. Aprimoramos depois o curso ginasial antes da criação das normais. E relegamos para plana e inferior, a instrução primária. [...] O Brasil com 80% de analfabetos, depois da experiência das comissões de profilaxia afirmando quanto é difícil educar iletrados, entende que o melhor caminho é o de primeiro educar, para depois instruir! (GOMES, 1928, p.149).

De acordo com Gomes, a necessidade de educação no momento seria algo emergencial, entretanto, além de falta de profissionais, ainda tinha-se a falta de escolas. “Para instruir a população escolar, existe um aparelho cuja eficiência não tem sido completa na solução do problema” (GOMES, 1928, p.49). Portanto, no Brasil, segundo ele, não se tinha definido qual seria a forma adequada de educação, ou seja, a escola não tinha um ideal. Dever-se-ia dar objetivos certos às escolas, assim dever-se-ia ter ideias e professores capacitados, bem remunerados para que assim possa haver metas de aprendizagem.

Diante disso, percebemos a preocupação de Raul Gomes com os professores, visto que ele sugeria a criação do dia do professor, pois outras profissões, já tinham um dia dedicado a ela, como no caso dos soldados, marinheiros e outros. Para ele, os governos cederiam mais conforto e melhores remunerações com uma data estabelecida. Raul Gomes lutava por um “culto novo”, o qual valorizasse e reconhecesse os mestres, em suas palavras:

Eu prego um culto novo. É o culto do professor. Ao culto do soldado, o sementeiro da morte, eu contraponho o culto do professor, o sementeiro da civilização. Aquele arrasa; este constrói. Aquele marcha para o fragor das batalhas à vibração dos calarins, morfinizado pelas imposições dos deveres de combater os inimigos da pátria. Este entra na escola, também para travar um combate, mas só vai armado duma força: a inteligência. O soldado tem, no acervo de sua historia no tempo e no espaço, o passivo das cidades que destruiu, dos campos que incendiou, das vidas que ceifou. [...] O professor nunca matou, nunca destruiu, nunca desfez: conduziu, guiou e plantou ideais, e ateou a chama nunca mais apagada do saber, e dá a cada criança o “segredo indizível do sésamo” para um mundo de maravilhas, que é o mundo da arte e do pensamento. (GOMES, 1928, p.115)

Portanto, para Gomes (1928), o professor teria primordial importância na sociedade humana, pois seria o responsável pela formação social e cognitiva do ser humano. Dessa forma, desde a primeira infância até a emancipação, passaremos pela mão de um professor. Sua valorização levaria a bons resultados, pois o mestre se dedicaria aos estudos e pesquisas, além disso, ele ganharia bem e não precisaria buscar outro meio de sobrevivência, contribuindo para o avanço da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar e estudar as propostas educacionais do professor e jornalista Raul Rodrigues Gomes, priorizando sua participação na imprensa paranaense. É importante destacar que Gomes foi um importante intelectual, o qual defendeu o professorado, visando à melhoria de sua carreira e das suas condições de trabalho.

No decorrer do texto, buscamos expor de forma concisa a atuação desse importante intelectual, no âmbito educacional e sua participação nos jornais do Paraná no início do século XX. É fundamental destacar que a transição do século XIX para o século XX é marcado pela atuação da imprensa na sociedade, pois, nesse momento, a imprensa escrita ganha muitos adeptos, visto que era utilizada por muitos intelectuais para debater assuntos diversos, de modo que disseminavam a discussão sobre os problemas sociais, além de buscarem o progresso da nação.

Raul Rodrigues Gomes estava entre os intelectuais que debatia nos jornais impressos da época, e além de atuar como jornalista fora professor, lecionou no ensino primário, secundário e superior. Raul Gomes buscava, por meio dos jornais, debater com instituições culturais ou até mesmo educacionais e destacava a educação do período. Ele atuou como jornalista em jornais paranaenses e também jornais que tinham repercussão nacional; além disso, o ele teve participação em meios culturais, academias e congressos. Raul Rodrigues Gomes participou do Movimento pela Escola Nova no Paraná, vindo a assinar *O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*.

As mudanças pedagógicas impostas pelos objetivos da Escola Nova buscavam, por meio da educação, um caminho para a hegemonia política e econômica. Além disso, a educação deveria ser pública, obrigatória, gratuita.

O intelectual Gomes criticava o analfabetismo e, por isso, buscou superar esse problema, pois nesse momento havia cerca de 85% da população analfabeta. Diante desse contexto do campo educacional, era necessário, primeiramente, a alfabetização populacional, pois era requisito para o cidadão exercer o direito do voto. Gomes propunha alguns ideais para que houvesse essa superação do analfabetismo e, com esse objetivo, ele participou de inúmeros congressos educacionais, além de participar da criação de muitos centros culturais.

Dessa forma, por meio da sua atuação no âmbito do jornalismo, Gomes conseguiu promover o debate e discussão acerca das melhorias educacionais, sobretudo no que diz respeito ao salário do docente. O jornalista acreditava que com boas remunerações, a tendência era ter profissionais mais participativos e dedicados a tal função; segundo ele, com o reconhecimento da classe do professorado a falta de produções científicas sobre a educação seria superada.

Portanto com sua participação na imprensa escrita, esse estudioso da educação assumiu papel fundamental para a organização cultural da época e a disseminação de propostas educacionais. Em síntese, Raul Gomes atuou como docente, jornalista e propagador de cultura e, a partir do jornal, ele buscou combater o analfabetismo e lutou pelo reconhecimento e valorização da classe dos professores.

REFERÊNCIAS

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DO TSE. **Série Inclusão: a luta dos analfabetos para garantir seu direito ao voto na República.** Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2013/Abril/serie-inclusao-a-luta-dos-analfabetos-para-garantir-seu-direito-ao-voto-na-republica>>. Acesso em: 31 de outubro de 2016.

BRANDALISE, A. C.; OSINSKI, D. R. B. “Malhadas e remalhadas”: Raul Gomes e o uso da imprensa em prol da educação e da cultura (1920-1970). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 7, 2013, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá: EDUFMG, 2013. p. 1-13.

BRANDALISE A. C.; OSINSKI, D. R. B. “Imprensa Periódica: “Malhadas e Remalhadas” de Raul Gomes em favor da Educação e da Cultura (1910-1970)”. In: VIEIRA, C. E. ; STRANG, B. de L. S.; OSINSKI, D. R. B. (Orgs.). **História Intelectual e Educação: Trajetórias, Impressos e Eventos.** Jundiaí, Paco Editorial: 2015.

BRASIL. DECRETO nº 7.247 DE 19 DE ABRIL DE 1879. Carlos Leôncio de Carvalho Reforma do Ensino Primário e Secundário do Município da Corte e o Superior em todo o Império. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>> Acesso em: 13 de outubro de 2016.

CARVALHO, M. M. C. de. **A Escola e a República**. ed. Brasiliense, primeira edição, 1989.

GOMES, R. **Instrução Pública do Paraná – Série de artigos publicados no jornal “A República” de Curitiba**. Curitiba – Acervo Biblioteca Pública do Paraná, 1914.

GOMES, R. **Missão e não profissão**. Curitiba: Graphica Paranaense, 1928.

MACHADO, M. C. G. **A Instrução pública no estado Do Paraná republicano: (des) continuidades da legislação educacional (1890-1913)**. Maringá: UEM, 2015.

MACHADO, M. C. G. **ENTRE AS MEMÓRIAS DE RAUL GOMES (1889-1975) – um signatário paranaense em defesa do ensino público**. Disponível em: <<http://www.pensaraeducacaoempauta.com/#!maria-cristina-entrememorias-18dez/efifm>>. Acesso em: 10 de março de 2016.

MACHADO, M. C. G.; CURY, C. R. J. A educação nos anais da Constituinte Republicana do Estado do Paraná - 1892. **Educar em Revista** (Impresso), p. 227-243, 2013.

MARX, K. ; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

NAGLE, J. A educação na 1ª República. In: FAUSTO, B. (ORG). **História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano, sociedade e instituições (1889-1930)**. RJ/SP; DIFEL, T III, v.2, 1978.

OLIVEIRA, M. C. M. de. Políticas Públicas e Reformas Curriculares: As Escolas Primárias no Paraná na Primeira República. **Revista E-Curriculum**, São Paulo, v.1, n. 1, dez. – jul. 2005-2006.

SOUZA, E. F. de. CAMPOS, N. de. Imprensa no Paraná e o Combate ao Analfabetismo: Trajetória e Pensamento de Raul Gomes (1889-1975). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 53, p. 133-152, outubro 2013.

SOUZA, E. F. de. Trajetória e Discursos Educativos do Jornalista e Professor Raul Rodrigues Gomes na Imprensa Paranaense (1907-1975). In: IX ANPED SUL SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL. 2012. Caxias do Sul. Anais. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/220/3>> Acesso em: 03 de julho de 2016.

SOUZA, J. A. G. de. **A Política Educacional Brasileira do XIX ao Século XXI Analisando a Política Educacional do Estado do Rio De Janeiro**. In: 4º SEMINÁRIO NACIONAL ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS. TEMA CENTRAL:

POLÍTICAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA. UNIOESTE – Campus Cascavel 16 a 19 de novembro de 2009. Disponível em: < http://cac.php.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario4/trabcompleto_politica_educacional/Trabcompleto_a_politica_educacional_bras_xix.pdf> Acesso em: 7 de julho de 2016.

SOUZA, R. F. de. Lições da Escola Primária. In: SAVIANI, D. (Org). **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas-SP, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Histórico**. Disponível em:< <http://www.ufpr.br/portalufpr/historico-2/>>. Acesso em: 28 de agosto de 2016.

VEIGA. C. G. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007.